

VILMA SANTOS COSTA

FORMAÇÃO SINDICAL: CORPORATIVISTA OU LIBERTADORA

CURITIBA

2000

VILMA SANTOS COSTA

## FORMAÇÃO SINDICAL: CORPORATIVISTA OU LIBERTADORA

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista no Curso de Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Ângelo Ricardo de Souza.

CURITIBA

2000

Povo

Não pode ser sempre coletivo de fome

Povo

Não pode ser séquito de nome

Povo

Não pode ser o diminutivo de homem

O povo, aliás,

Deve estar cansado desse nome,

Embora seu instinto o leve à agressão

E embora

O aumentativo de fome

Possa ser revolução

Affonso Romano de Santana

### Agradecimentos:

Aos meus pais, que me ensinaram as primeiras formas de contestações.

Ao netinho Vinícius Matheus que tem se privado da minha presença.

Aos companheiros e companheiras de luta da APP, que têm me ensinado constantemente.

Ao meu paciente professor orientador.

SUMÁRIO

**Capítulo I**  
INTRODUÇÃO.....4

**Capítulo II**  
A FORMAÇÃO HUMANA EM SENTIDO PLENO.....8

**Capítulo III**  
CONCEPÇÕES SINDICAIS.....15

**Capítulo IV**  
CONCEPÇÃO CUTISTA DE SINDICATO.....22

**Capítulo V**  
A APP-SINDICATO.....27

**Capítulo VI**  
A FORMAÇÃO PARA A APP-SINDICATO.....30

**Capítulo VII**  
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....36

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....40

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

*“É preciso sonhar,  
mas com a condição de  
crer em nossos sonhos  
de examinar com atenção  
a vida real,  
de confrontar nossa observação  
com nosso sonho, de realizar  
escrupulosamente nossa fantasia”.*

*Lênin*

O presente trabalho consiste no que ouse chamar de um ensaio de uma pesquisa - estudo de caso. Chamo de ensaio devido as limitações e impossibilidades de várias ordens encontradas no decorrer da realização do trabalho.

Após passar por uma direção sindical, e optar por não mais permanecer, parece ser um acerto de contas ou um pedido de desculpas desenvolver um trabalho que se destina a pensar a questão sindical.

Por isso escolhi o tema Formação Sindical, por tratar-se de uma questão crucial a ser repensada tanto nas instituições formais: escolas, colégios, universidades; quanto nas entidades informais, refiro-me aqui as formas alternativas de formação que a própria classe trabalhadora produz e reproduz com sua prática social e política em diversos movimentos comunitários, operários, políticos, sindicais, entre outras.

É na participação nos movimentos reivindicatórios, grevistas, nos locais de trabalho ou nas ruas, contra as diferentes formas de espoliação e dominação em que são submetidos são nesses momentos em que se faz a formação alternativa, rica na elaboração de formas de aprendizagem, de mecanismos de resistência ao mesmo

tempo em que se educam, educam também os militantes ou ativista ou como diz Gramsci: "... o partido e os sindicatos são necessários, mas não são as instâncias organizativas-culturais últimas; ou seja, elas devem sim educar, mas antes devem ser educadas pelas instâncias organizativo-culturais de base, imbricadas ao próprio trabalho industrial moderno". (Gramsci apud Nosella, 1992, p.32). No caso, nas bases de trabalhadores de educação que se transformam em "intelectuais orgânicos" no sentido gramsciano.

É essa instância de formação que irá constituir o objeto de estudo desse trabalho, particularmente se essa formação supera a formação corporativista, ou seja se contribui para que os trabalhadores em educação superem o modelo social existente, freqüentemente realizada pelas entidades sindicais, ainda que pertençam ao campo progressista.

A expectativa será potencializada sobre os objetivos da organização sindical; se a formação desenvolvida pela entidade atende as expectativas da categoria; se base e sindicalistas possuem a mesma concepção sindical e finalmente perceber as limitações da ação do sindicato na questão da formação sindical.

A formação para a intervenção consciente da história e na história deve ser responsabilidade de todas as entidades culturais e políticas, entre elas a entidade Sindical, a qual esse pretende estudar.

Hipoteticamente a Formação Sindical contribui para a formação política, ideológica, filosófica, pedagógica, etc. Porém, esta formação não dá conta de fazê-los ultrapassar a visão corporativista e entender que existem dois projetos antagônicos em disputa na sociedade em que podemos e devemos optar por um deles, além de contribuir conscientemente para que o melhor projeto se efetive em favor da humanidade.

A ação humana que busca apreender e aperfeiçoar-se a partir da realidade para promover mudanças no plano histórico-social, deve ser a ação "crítico-prática". Ou

como propõe Frigotto: “reflexão e ação, teoria e prática, tencionam-se e fecundam-se respectivamente”. (Frigotto, 1996, p.100).

A ação humana intencional, que quer transformar a realidade tem que passar por um processo educativo – formador que se baseie em dimensões teórico-política com perspectivas contra- hegemônica, que dissemine devaneios revolucionários, o seu grande desafio deve ser o de “vencer a pedagogia da desesperança e de falta de alternativa do status quo” (Frigotto, 1996, p. 100).

A partir dos objetivos estabelecidos que deveram ser atingidos no desenvolvimento desse, optei por realizar com a base: professores da Rede Estadual que atuam no Ensino Fundamental e Médio, no total de três: dois da Região Metropolitana: Piraquara e Quatro Barras e um de Curitiba; e com as lideranças sindicais: dirigentes e ex dirigentes da APP – Sindicato<sup>1</sup>, num total de Três que atuaram ou atuam em secretarias relacionadas à questão da Formação.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro flexível que abria possibilidade do entrevistado(a) complementar ou retomar questões, assim como a entrevistadora intervir ou esclarecer alguns pontos.

Após os levantamentos dos dados, foi feito os relacionamentos com a literatura de autores que tratam do tema em questão.

Dessa forma, o trabalho trará no segundo capítulo uma análise da formação de forma ampla e o impacto que sofre com o novo projeto político posto hoje; o terceiro capítulo traz as diversas concepções sindicais defendidas por autores conceituados; o quarto capítulo descreve os objetivos e a concepção cutista de sindicato, uma vez que a entidade em estudo, pela ideologia que possui optou por filiar-se a Cut (Central Única dos Trabalhadores); o quinto capítulo conta um pouco a história da entidade em análise; o sexto capítulo relata as respostas das entrevistas em si com a base e a direção sindical.

---

<sup>1</sup> Até o ano de 1995 representava apenas os professores, após unificou-se com o SINTE.



Por fim, concluo o trabalho apontando para alguns avanços observados na ação sindical e ao mesmo tempo chamando atenção para outras que podem ser repensadas. Espero sinceramente que esse possa contribuir para trazer novas reflexões sobre as teorias e práticas desenvolvidas, pois como diz Lênin: “O proletariado não dispõe, na sua luta pelo poder, de outra arma que não seja a organização”. (Lênin apud Gomes, 1999, p. 55).

## CAPÍTULO II

### A FORMAÇÃO HUMANA EM SENTIDO PLENO

*"Se o conhecimento científico /.../ não  
Resgatar como momento necessário o  
Conhecimento popular, o ponto de vista  
dos subalternos cairá necessariamente  
no ponto de vista do outro, isto é, do objeto  
constituído pelo próprio processo histórico  
ao estabelecer o divórcio entre o sujeito e o  
objeto, o produtor e o produto, em nome da  
suposta universalidade do outro, do mais  
avançado, sem considerar que a universalidade  
está na superação de ambos."*

*José de Souza Martins*

A formação humana em aspecto geral e a formação do educador em aspecto estrito, é uma tarefa bastante ampla e que se desenvolve no decorrer de toda a vida. Não é uma tarefa para uma única entidade cultural e política e sim para muitas. Todas exercem influências sobre nosso jeito de ser, pensar, sentir, agir, analisar, concluir, etc. Contudo, muitas vezes nem nos damos conta do quanto herdamos das linhas político-filosóficas de cada entidade pelas quais passamos.

Por ser algo que se constrói a partir de várias contribuições, dar forma ou reformulá-la é às vezes um complicador. Pois, por serem numerosas, nem todas têm uma mesma perspectiva, podendo ser, segundo SINGER, "produtivista em

contraposição a uma perspectiva civil democrática.”(Singer apud FRIGOTTO,1996, p.91)

A diferença existente entre as tendências educativas não são meras diferenças metodológicas, mas há um pano de fundo bastante peculiar que as diferenciam entre si:

“A partir de uma perspectiva produtivista e unidimensional os conceitos de formação, qualificação e competência vêm subordinados à lógica restrita da produção. Assim, formação se refere, normalmente, ao processo de escolarização necessário ao processo de trabalho; qualificação está afeto a um conjunto de exigências ligadas ao emprego, resultantes da formação e da experiência profissional concreta; e, por fim, a competência explicita-se pela capacidade de mobilizar conhecimentos, saberes, atitudes, tendo, como foco, os resultados. “ (FRIGOTTO, 1996, p.92)

Já na perspectiva “civil democrática”, a formação é vista muito mais amplamente.

A formação, qualificação e profissionalização humana do educador e do educando, numa perspectiva contra-hegemônica, centra-se em uma concepção omnilateral de dimensões a serem desenvolvidas que envolvem o plano do conhecimento histórico-científico e, igualmente, os planos bio-psíquico, cultural, ético-político, lúdico e estético. Desenvolvimento este, que encontra sua materialidade efetiva, em termos de possibilidades e limites, em instituições específicas e no conjunto de relações e práticas sociais historicamente dadas em sociedades concretas. (FRIGOTTO, 1996, p.92)

Vê-se então, que as tendências formativas têm um suporte teórico-metodológico que se produz e reproduz no contexto social, nos embates e relações travadas no plano conjuntural e estrutural da sociedade, buscando cada qual, consolidar a hegemonia, auxiliando assim na tarefa de efetivar um ou outro projeto social.

Para caracterizar rapidamente os projetos sociais em disputa, temos de um lado, o capitalismo, modelo econômico vigente em grande parte do mundo. Esse modelo vem sofrendo, desde o final dos anos sessenta, uma crise estrutural que se concretiza na década de setenta, trazendo já como solução, a implantação do neoliberalismo que é “uma reação teórica e política contra o Estado Intervencionista e de Bem Estar Social.” (ANDERSON, 1995,p.20) Segundo seus defensores, os benefícios sociais concedidos pela política anterior a crise “ destruí a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da

concorrência da qual dependia a prosperidade e a vitalidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.20). Constitui-se na verdade, por uma lógica a ser imposta como a salvação da lavoura da classe dominante.

trata-se de uma alternativa de poder extremamente rigorosa, constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída para a crise capitalista e por outro lado, expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades: a construção e difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. (ANDERSON, 1995, p.23).

Para os progenitores do neoliberalismo, a crise capitalista, estava sendo ocasionada pela destruição dos níveis necessários de lucros das empresas e desencadeamento dos processos inflacionários que acaba por gerar total crise nas economias de mercado. Argumentavam ainda, que a origem dessa crise era consequência do “poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.” (ANDERSON, 1995, p.23).

Mas para a organização dos trabalhadores, tão maléfica à acumulação de riquezas, eles também já tinham a grande solução: fragilizá-la a ponto de destruí-la. Para isso, nada melhor do que proporcionar, através do desemprego, a criação de um exército de reserva abundante. Outras invenções seriam implementadas para restabelecer a ordem, por exemplo, corte com os gastos nas políticas públicas, para “manter um Estado forte sim, em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.” (ANDERSON, 1995, p.23).

O outro projeto social contraposto ao citado acima, é um projeto que tem sido chamado de “democrático popular”, defende uma sociedade inclusiva onde a

humanidade vem em primeiro lugar, isto é, é prioridade. Uma sociedade que tenha como princípios básicos norteadores: a socialização dos bens materiais e culturais produzidos pela humanidade, a democracia, a igualdade de direitos, a justiça social, a liberdade humana, entre outros que atendam à necessidade da coletividade.

Nesses parâmetros, têm sido experienciadas novas formas de organizar a sociedade num processo que ora avança, ora fica estagnada devido à ofensiva dominante, o importante porém, é que jamais cessa.

Esse movimento de construção pela transformação de uma sociedade nos coloca como agentes da resistência às perspectivas reprodutivistas impostas pela globalização, provocada pelo neoliberalismo, onde algumas poucas empresas comandam o fluxo financeiro, tecnológico, produtivos e comerciais que irão incidir sobre as condições de vida no planeta. Assim, nesse movimento constante de reflexões e ações, de denúncias dos mecanismos excludentes e anúncios de novas possibilidades inclusivas, solidárias e participativas, que se inserem a educação e formação como perspectiva “civil democrática”, no dizer de SINGER. Nessa linha, a formação humana é construída a partir do rompimento com a elite e estado privatista; com o mercado como determinante da organização social. Rompe com a formação fragmentada, tradicional e conservadora do status quo.

Constitui-se em desafio das entidades político culturais clássicas retomar a formação que supere o aspecto técnico, que busque formar “um sujeito dirigente, que atue numa perspectiva do projeto social democrático e solidário”, que deve ser desenvolvido também pela organização sindical. (FRIGOTTO, 1996, p.94 )

Já, de acordo com a visão neoliberal, a Educação, institucionalizada ou não, norteia-se pelas normas do Banco Mundial, preocupando-se apenas com o aspecto meramente economicista – já que a ordem é economizar – submetendo as ações à relação custo / benefício / taxa de retorno. Sua ênfase se dá através do quantitativo obtidos a qualquer forma: aligeirada, à distância, diminuição da grade curricular entre outras medidas. Assim, este projeto reduz e condena a educação, destinada às classes

populares, ao completo fracasso. Ao mesmo tempo, contribui para o modelo social posto hoje<sup>2</sup>.

Para a formação em geral o projeto segue a mesma linha de atuação, causando transformações “geo-históricas” em termos de globalização que desafiam várias “categorias do pensamento político” (IANNI,1997, p.17), entre elas, o movimento sindical, desencadeando tamanha crise neste movimento, inclusive nos de atuação combativa, colocando-os em crise tal, fazendo com que esse movimento mudasse sua estratégia de atuação de forma a abrir espaço para a organização dos sindicatos de cunho assistencialistas. “A luta sindical (do enfrentamento) foi substituída pelo participacionismo (nas câmaras setoriais). A concepção e a linguagem também mudaram, evidenciando o impacto da ideologia neoliberal no interior da CUT.” (BOITO JÚNIOR,1996,p.93)

Enquanto que nos anos oitenta os propósitos e estratégias dos sindicatos combativos se opunham claramente à “política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária.” (BOITO JÚNIOR,1996, p.85). As análises das condições de vida do trabalhador, fundamentavam a construção de uma plataforma de transformações econômicas e sociais contrárias as do governo. Neste sentido, a concepção dos sindicatos combativos, muitos deles filiados à central única dos trabalhadores:

“Baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho nas condições dadas pelo bloco no poder. Apontava para a necessidade de uma alteração no bloco do poder, para que se pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores.” (BOITO JÚNIOR,1996, p.87)

É certo que essa estratégia não conseguiu fazer com que o bloco dominante cedesse a ponto de efetivar melhores condições de vida para os trabalhadores. No entanto,

---

<sup>2</sup> Sobre neoliberalismo e normas do Banco Mundial . Ver: Gentili, Pablo A . A . A Falsificação do consenso.

“contribuiu, porém, para unificar, política e ideologicamente, o campo democrático-popular. Foi um fator importante para a acumulação de forças revelada, inclusive, no plano eleitoral, pela força da candidatura da frente Brasil popular na eleição presidencial de 89.” (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 87)

É a partir daí que, o movimento sindical inicia um processo de politização das camadas populares com o fim de possibilitar a transformação da realidade hoje existente.

Compreendo ser de extrema necessidade retomar o processo de conscientização desenvolvido não só pela Educação Formal, mas por todo o movimento social na década de oitenta, e principalmente para o movimento sindical que representa a categoria do magistério:

“A qualificação para o educador também implica a capacitação para ser dirigente. Esta capacitação é construída, sobretudo, através da participação em organismos coletivos como: sindicatos, movimentos sociais, associações científicas e culturais e partidos político-ideológicos portadores de um projeto alternativo de sociedade.” (FRIGOTTO, 1995, p. 100)

A luta e a organização sindical são feitas por homens e mulheres numa dimensão de integralidade entre a militância e a vida. Assim, a capacitação para a militância político-sindical e também enquanto educador, não está separada da formação para a vida. Valorizar a experiência concreta de cada militante, desenvolver a auto capacitação, estimular o pensamento e o raciocínio crítico e formar, na perspectiva de cada pessoa seja sujeito da sua vida e do compromisso de classe, construindo autonomia, constitui um princípio tão importante quanto os resultados propriamente políticos e organizativos.

A formação não é instrumento para imposição ou doutrinação de modelos avançados, mas exercício de reflexão e crítica que propicia o convencimento do verdadeiro compromisso.

Esta formação tem que visar fundamentar, instigar nas pessoas a possibilidade de forjarmos uma sociedade diferente, oposta à essa que aí está. Uma sociedade centrada na solidariedade e igualdade dos seres humanos, uma sociedade que promova a libertação humana, ou seja, uma sociedade que esteja mais próxima da utopia socialista.



### CAPÍTULO III

## CONCEPÇÕES SINDICAIS

*“como professores, educadores,  
Nós temos que estar engajados  
Num palco de luta permanente,  
Que é a luta pela superação que  
Nós mesmos aceitamos. É preciso  
Estarmos abertos constantemente  
Ao novo e ao diferente, para  
Podermos crescer e aprender”.*

*Paulo Freire*

O tema Formação Sindical, dificilmente é conceituado nas obras que tratam da questão sindical. Portanto, para se saber qual é a compreensão que os sindicalistas têm sobre formação, é preciso antes, investigar como pensam o movimento sindical: sua organização e que papel ele deve exercer. Dependendo da forma organizativa e da função que lhes atribuem, depreende-se o que os autores defendem em termos de Formação.

Começamos, então, as análises a partir dos autores até chegarmos aos sindicalistas ora atuantes.

Gramsci considera que “o sindicato é uma organização que só existe por causa do sistema capitalista: em um certo sentido pode-se afirmar ser ele parte integrante da sociedade capitalista, e tem uma função que é inerente ao regime da propriedade particular.” (Gramsci, 1973, p.41)

Nessa análise, Gramsci está analisando o sindicato numa sociedade tomada pelo capital, considerando por um lado o momento histórico e por outro, desconsiderando a mudança histórica que pode ser propiciada também pelo próprio sindicato.

Assim considerando a sociedade em que predomina o capital, em que as pessoas só têm valor desde que sejam proprietárias de alguma mercadoria comerciável, ainda que essa mercadoria seja sua força de trabalho, “a natureza essencial do sindicato é de concorrência, não é comunista. O sindicato não pode servir de renovação radical da sociedade: ele pode oferecer ao proletariado alguns burocratas experientes, alguns técnicos especializados em questões industriais de caráter geral, não pode ser base do poder proletário”. (Gramsci , 1973, p.41).

Para libertar os trabalhadores da sua condição de assalariado, a classe trabalhadora necessita de uma organização que os enxergue como produtores das suas condições físicas, culturais e históricas. Para Gramsci essa organização chama-se Conselhos de Fábrica.

A organização dos trabalhadores, segundo Gramsci, tem que Ter uma lógica diferenciada, senão inversa: “ própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital”. (GRAMSCI,1973, p. 42)

É essa visão que os Conselhos de Fábrica possuem. Eles surgem como forma alternativa de organização dos trabalhadores num momento de crise do capital, momento este em que os sindicatos estavam burocratizados impedidos de atuar por causa do poder coercitivo do Estado Burguês. Eles – os Conselhos de Fábrica – se propõem a superar o corporativismo do sindicato e tomar como ponto prioritário a fábrica como local apropriado da luta operária em que o trabalhador pode transformar-se em gestor, já que ele é o produtor, ali na fábrica, das suas condições físicas.

O conselho de Fábrica se diferencia do sindicato porque possui representação de todos os ramos de trabalhadores, considerando assim, a contribuição de cada área,

de cada profissão. Sua origem está no trabalho, em como ele é produzido e não apenas na questão salarial ou outra questão corporativa, como no caso do sindicato: assim,

“...o Conselho de Fábrica proporciona a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza da coesão e da forma que a massa assume são da mesma natureza da coesão e da forma que a massa assume na organização geral da sociedade”. (Gramsci, 1973, p. 42).

Outro aspecto em que se diferenciam é que enquanto o sindicato tem como objetivo a defesa dos interesses econômicos do trabalhador como categoria profissional, o Soviete<sup>3</sup> ou Conselho de Fábrica é o espaço que o proletariado ocupa como componente de uma classe social que conquista e exerce o poder político e social, na medida em que os interesses globais dos trabalhadores são comuns a todos, independente da profissão ou função que exerçam.

Além desses aspectos, para Gramsci o processo de luta contra o capitalismo assim como a solidariedade operária desenvolve-se “no sofrimento e no sacrifício.” Já no conselho de Fábrica a solidariedade e a luta “... é positiva, é permanente, está encarnada até nos momentos menos importantes da produção industrial, está contida na consciência alegre de ser um todo orgânico, um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma a sua soberania, exerce o seu poder e a sua liberdade criadora da história.” (Gramsci, 1973, p.43).

Os sindicatos são limitados em sua organização e atuação e, a despeito de organizarem os operários de acordo com os princípios da luta de classe objetivando acabar com o capitalismo e conseqüentemente com o sistema de classes, essa finalidade não é obtida imediatamente e portanto, acabam canalizando os seus esforços para as mudanças mais imediatas: melhores salários, menor carga horária de

---

<sup>3</sup> Soviete: Gramsci normalmente utilizava o termo sovieta para se referir ao conselho de fábrica que possuía o mesmo significado.

trabalho, entre outros que mesmo que obtenham resultados positivos nestas reivindicações, mantém inalterada a organização social, pois: “os desequilíbrios que a ação sindical imediatamente determina no estudo do lucro compõem-se e encontram uma sistemática nova no jogo da livre concorrência para as nações de economia mundial, no protecionismo para as nações de economia limitada, ou seja, “o capitalismo reverte sobre as massas amorfas nacionais, ou sobre as massas coloniais, as despesas gerais majoradas da produção industrial.” (Gramsci ,1973,p.52).

Por essa perspectiva, poderíamos hipotetizar que para essa concepção sindical, a formação dos sindicalizados e também dos sindicalistas não possui um caráter prioritário nem tampouco um caráter totalitário no sentido de esclarecer que a sociedade organiza-se em um sistema capitalista que é maléfico à classe trabalhadora e que há outras formas de organizar a sociedade e mais ainda, que esta, assim como a outra, forma de organizar, é produzida pelos homens. A formação já começa deficitária à partir da função dirigente: “Quanto mais as organizações foram se expandindo, quanto mais freqüente foi a sua intervenção na luta de classes, quanto mais difundida e profunda a sua ação, tanto mais tornou-se necessário reduzir a função dirigente a uma função puramente administrativa e contábil, tanto mais a capacidade técnica industrial tornou-se um não valor, e a capacidade burocrática e comercial tomaram a dianteira...” (Gramsci e Bordega,1973,p.53).

Dessa forma, segundo Gramsci os sindicalistas tornaram-se burocratas que desenvolvem trabalhos desconectados que por vezes não dizem respeito ao operariado, ficando assim muito parecido com a forma burocrática governamental.

Por outro lado, ao pensar uma outra forma de organizar a sociedade, que de fato extermine a forma capitalista, a exploração da humanidade e efetive a emancipação da classe trabalhadora, é preciso antes que o operariado aprenda se organizar em classe e a partir dessa organização propiciar condições para extinguir a condição de classes.

Para desenvolver essa tarefa obviamente não depende apenas dos sindicatos. Deles inclusive, mas também dos movimentos populares, da sociedade organizada e

indignada e de parlamentares que representem os oprimidos. Para Gramsci, na fase da Ditadura do Proletariado a tarefa do Partido Comunista é:

“organizar potente e definitivamente a classe dos operários e camponeses em classe dominante, controlar para que todos os organismos do novo Estado desenvolvam realmente uma obra revolucionária, e romper os direitos e as antigas relações inerentes ao princípio da propriedade privada. Mas essa ação destrutiva e de controle deve, imediatamente, ser acompanhada por uma obra positiva de criação e de produção.” (p.p.53-54)

Essa também deveria ser a tarefa do sindicato: “iniciar uma nova ordem de produção em que o empreendimento seja baseado não no desejo de lucro do proprietário, mas no interesse solitário da comunidade social... pois a socialização (é) por excelência, um dever dos sindicatos...” (GRAMSCI, 1973, p.54).

De outra forma, contrapondo-se a esta, Gramsci afirma que o sindicato só se organiza desse modo “enquanto as forças e as vontades operárias que o constituem imprimem-lhe aquela direção e impõe à sua ação aquelas finalidades que estão afirmadas na definição.” (GRAMSCI, 1973, p.p.100-101).

O sindicato trouxe relativo benefício aos operários, mesmo que tenha sido via legalidade e, se ela não for encarada como fim último, se o sindicato se dispuser a superá-la quando a conjuntura favorecer a classe trabalhadora, então aí, o sindicato deixa de exercer função burocratizada para passar a ser um agente de transformação, como bem diz Gramsci:

“Se os funcionários da organização sindical consideram a legalidade industrial como um compromisso necessário, mas não eternamente, se eles dirigem todos os meios de que o sindicato pode dispor, para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se eles desenvolvem todo o trabalho de preparo espiritual e material necessário para que a classe operária possa, em um determinado momento iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital, e submetê-lo à sua lei – então o sindicato é um instrumento revolucionário, então a

disciplina sindical, mesmo quando dirigida a fazer com que os operários respeitem a legalidade industrial, é disciplina revolucionária.” (Gramsci, 1973, p.p.101-102).

Com essa nova leitura sindical, diria-se que a função transformadora do sindicato exigirá uma formação à altura, ou seja, também revolucionária. Que prepare os trabalhadores para serem dirigentes, o que exige que o operariado domine sobretudo os conhecimentos e as experiências do conjunto das relações sociais, somados a capacidade de desenvolver características com audácia, coragem e força, realçados por um profundo amor pela humanidade.

Assim, diz Gramsci:

“Se a organização do sindicato se torna um organismo de preparo revolucionário, e como tal se apresenta às massas pela ação que consegue desenvolver, pelos homens que o compõem, pela propaganda que executa, então seu caráter concentrado e absoluto será visto pelas massas como uma força revolucionária maior, como uma condição a mais (e das mais importantes) para o sucesso da luta sem trégua.” (GRAMSCI, 1973, p.p.104-105).

Os autores que citaremos a seguir têm basicamente uma mesma concepção sindical e que portanto, sua função e atuação também são equivalentes:

José Martins Catharino, na obra “tratado Elementar de Direito Sindical LTRs, 1977”, considera que o sindicato passa por vários estágios históricos e assim o conceitua: “sindicato é a associação trabalhista de pessoas naturais ou jurídicas que têm por objetivo principal a defesa dos interesses total ou parcialmente comuns, da mesma profissão ou de profissões similares ou conexas” (Catharino apud ROMITA, 1986, p.118).

Já Russomano, entende que o sindicato “é pessoa jurídica de direito privado, que exerce atribuições de interesse público, em maior ou menor amplitudes, consoante à estrutura política do país e segundo o papel, mais ou menos saliente, que lhe seja atribuído”(Russomano apud ROMITA, 1986, p.118).

Para Orlando Gomes (“Direito do Trabalho”, Estudos LTRs, 1979, p.163), o sindicato “é uma realidade sociológica consentidos e absorvidos que se compõem em progressão necessária, da simples organização de defesa de interesses que se não individualizam mas influem no relacionamento particularizado, como interesses maiores do grupo” (Gomes apud ROMITA, 1986, p.117).

Essas concepções sindicais além de serem restritas ao se aterem aos interesses particular ou grupal, ficam ainda restritas a uma visão legalista. Revela também uma natureza sociológica espontaneísta desconsiderando seu caráter coletivo, de luta constante organizativa e de combate à realidade posta. Vê-se logo que para essas concepções a questão formativa não tem valor algum pois, nenhum dos autores, em momento algum, faz referência à luta de classes e desconsideram a transformação da sociedade. Para essa compreensão, a função sindical não ultrapassa a visão corporativa e certamente se limita a uma função assistencialista talvez, visão esta que é totalmente contraditória a concepção que à CUT- Central Única dos Trabalhadores e os sindicatos filiados a ela possuem.

## CAPÍTULO IV

### CONCEPÇÃO CUTISTA DE SINDICATO

*“Guerreiros são pessoas*

*São fortes*

*São frágeis*

*Guerreiros são meninos*

*No fundo do peito*

*Precisam de um descanso*

*Precisam de um remanso*

*Precisam de um sono que os torne refeitos*

*Talvez esteja o começo da nossa capacidade de amar...”*

*Roberto Freire*

Para a CUT, o sindicalismo é a base da organização dos trabalhadores, vertical e horizontalmente. No entanto, reconhece que o sindicato hoje possui a mesma estrutura fascista que tanto se critica. Transformar o atual sindicato, sua concepção e sua prática é essencial para avançar a organização sindical da CUT. É a esse objetivo e desafio que a CUT se propõe. Defende que surge a necessidade de “uma nova atuação nitidamente classista, livre das amarras de uma legislação sindical anti-operária e baseada na democracia sindical ou numa democracia operária. Esses são os princípios de negação do velho e afirmação do novo” (CUT ontem e hoje, 1991, p.25). Os princípios podem ser assim resumidos:

- 1- classismo, independência de classe, socialismo;
- 2- democracia como condição indispensável;
- 3- sindicalismo de base;



#### 4- sindicalismo de massas.

Para transformar o sindicato em uma instituição cada vez maior da classe trabalhadora, é preciso aprofundar

“a prática da solidariedade de classe no cotidiano sindical para impulsionar o sindicalismo classista que defendemos. É preciso reestruturar radicalmente a vida do nosso sindicato e, através de uma prática planejada, implementar os objetivos e o papel do sindicato na concepção da CUT, a partir do local de trabalho, priorizando o fortalecimento das instâncias horizontais para que de fato tenhamos a perspectiva de uma organização sindical classista, representação orgânica e dirigente das lutas sindicais dos trabalhadores brasileiros” (CUT ontem e hoje, 1991, p.26).

Para conseguir alcançar essa exigência qualitativa é necessário o envolvimento e esforço coletivo de todas as instâncias cutista e a formação é um dos instrumentos neste processo.

Os sindicatos cutistas para de fato serem classistas, de base e massas, deverão priorizar em seus planejamentos (estratégias ou táticas), uma política de formação para seus (as) dirigentes, lideranças, filiados e, também à ampla comunidade.

Vale lembrar que a formação nesse sentido, engloba todas as atividades sindicais, desde a elaboração de materiais de propaganda até a realização de cursos, seminários, debates, congressos, etc e inclusive atividades culturais.

Em seu primeiro Plano Geral de Ação (1987) a CUT Nacional estabelece a Formação como uma das cinco prioridades nacionais e estabelece dentre as prioridades a de “Promover a definição e implantação da política de formação da CUT assegurando atividades permanentes de formação político-sindical”(Revista Forma e Conteúdo, Secretaria Nacional de Formação da Cut, 1990, p.3 ). Essa meta prioritária desenvolveu por todo o Brasil um amplo debate sobre a formação na CUT. Esse debate foi balizado por dez princípios que valem a pena reproduzi-los:

- 1- O estatuto e as resoluções dos congressos da CUT são o referencial permanente e maior das atividades de formação da CUT.
- 2- A concepção classista da sociedade e a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora serão o eixo central ou pano de fundo de toda a programação de formação da CUT.
- 3- A formação da CUT buscará, permanentemente, a dotação de conhecimentos teóricos e práticos como ferramentas fundamentais para os trabalhadores pensarem a realidade em que vivem de forma crítica e implementarem as lutas específicas por melhores condições de vida e trabalho combinada com o projeto político de transformação da sociedade capitalista.
- 4- A reflexão sobre a história da luta de classes no mundo deve ser a principal fonte de saber para o entendimento da realidade e as perspectivas futuras da luta dos trabalhadores. Desta forma, o conhecimento e o estudo do capitalismo e do socialismo devem ser preocupações permanentes da formação na CUT.
- 5- A formação deve desenvolver o respeito às decisões coletivas, à combatividade e à importância da organização para o alcance dos objetivos da classe trabalhadora.
- 6- A formação da CUT buscará a capacitação dos trabalhadores para o processo da luta de classes em todos os níveis, particularmente para a necessidade de consolidação e avanço do sindicalismo classista, democrático e de luta representado pela CUT. Assim, deve aprofundar a reflexão sobre os prejuízos que o sindicalismo fascista, de conciliação e colaboração de classe, trouxe e traz para a organização independente dos trabalhadores e a necessidade de implantação da liberdade e autonomia sindical.
- 7- A formação da CUT deve capacitar os dirigentes para uma administração sindical que coloque em prática esta concepção, onde se privilegia a organização de base, a participação democrática e se implementa a luta pelos interesses imediatos combinada com as lutas pelos interesses históricos dos trabalhadores, assegurando a autonomia do sindicato e da Central em relação ao governo e aos partidos políticos.
- 8- A formação da CUT deve dotar os dirigentes sindicais do instrumental de análise necessário ao entendimento das mudanças de conjuntura e da evolução do capitalismo, de modo a permitir a ação adequada que cada situação exige na dinâmica da luta de classe.
- 9- A metodologia de formação da CUT deve ser tratada como elemento essencial do processo de formação. A metodologia de formação, para os trabalhadores, parte do princípio que a teoria nasce da prática (atual e acumulada ao longo da história das lutas, a nível nacional e internacional), devendo ser usada, portanto, como ferramenta de análise. A metodologia deve se orientar por uma linha onde os participantes são sujeitos do processo, desenvolvendo o

raciocínio, permitindo o aprendizado coletivo das experiências e envolvendo o “processo de criação e recriação do conhecimento”( a prática resulta numa teoria que é aplicada a uma nova prática). Com esta visão, superamos a concepção que afirma que somente a prática e a luta são instrumentos de formação, bem como a que procura passar a idéia de que basta a teoria e a adequação da prática e da realidade à teoria estabelecida. A formação deve colocar a perspectiva de eliminar a separação entre os que planejam e os que executam.

10- A formação deve ser encarada como atividade permanente na vida de um militante, exigindo uma postura constante de indagação, crítica tomada de posições, ação e avaliação. Assim, a CUT, os sindicatos e as associações devem encarar a formação integrada e combinada com todas as demais ações.(Revista Forma e Conteúdo, Secretaria Nacional de Formação da Cut ,1990, p.p.4e5)

Após esse debate , percebeu-se o avanço nos planos anuais de formação envolvendo o conjunto das Secretarias Estaduais de formação, expressando um avanço na elaboração e prática da Política de Formação da Cut.

Sinteticamente poderíamos arriscar a afirmar que a formação somente será um instrumento fundamental da realização do projeto sindical da Cut se a sua prática formativa estiver efetivamente voltada para o objetivo de procurar atender às necessidades políticas e organizativas imediatas e estratégicas da Central. Ou nas palavras da própria Cut:

“Na nossa concepção, a formação deve estar colada à organização e ação sindical concreta, possibilitando a compreensão da realidade, favorecendo o crescimento da vontade política coletiva e contribuindo para a unidade e a totalidade, contemplando a diversidade e as pontes do projeto sindical da CUT e do projeto político dos trabalhadores” (Forma e Conteúdo 2, 1990,p.5).

Contrariamente a concepção e objetivos iniciais que a Cut propunha, a avaliação que parte da diretoria da APP faz é que a Central abandonou sua proposta original porque foi atingida pela crise do movimento sindical provocada pelas mudanças no

mundo do trabalho e a perda do referencial socialista. Os principais elementos que demonstram essa crise pode-se assim descrever:

- Redução da ação política meramente institucional: Essa visão impediu que a Cut encabeçasse a luta pelo Fora Collor em 1992.
- Com a abertura do Estado para a “participação e gestão nas empresas, fundos e políticas públicas”, assim a Central passa a sofrer tensionamentos para adequar sua pauta às necessidades do Estado, que ocasionalmente coincidem com as necessidades do capital.
- Com o crescimento do desemprego na década de 90 e o aumento do mercado informal a Central deixa de fora esses trabalhadores e passa a representar a organização de uma minoria de trabalhadores.
- Com a perda de alternativas advinda da perda do referencial socialista tem estimulado às negociações em detrimento da confrontação, como foi no caso da Previdência<sup>4</sup>

Por esses e outros desvios, apesar de ser filiada à Cut , a APP tem buscado realizar suas atividades formativas pela Escola Treze de Maio, porque possui uma concepção bastante próxima da que a Cut possuía originariamente.

---

<sup>4</sup> Sobre a crise sindical ler: MANGABEIRA, Wilma. Os Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda.

## CAPÍTULO V

### A APP – SINDICATO

*“Existir ultrapassa viver  
porque é mais do que  
estar no mundo. É estar  
nele e com ele...  
transcender, discernir, dialogar  
(comunicar e participar) são  
exclusivamente do existir”.*

*Jasper*

A APP nasce da fusão de três associações de professores que existiam no Estado do Paraná: Associação dos Professores Licenciados do Paraná (06/05/1967); Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (09/12/1972) e da Associação dos Professores do Paraná (26/04/1947).

Com o nome mais antigo, Associação dos Professores do Paraná, a APP, se constitui dos sócios das três entidades unificadas ficando com base territorial em todo o Estado do Paraná.

Com a promulgação da constituição de 1988, abre-se a possibilidade de transformar-se em Sindicato. Vários seminários, debates e discussões foram realizados, além de consultas a advogados, juristas administrativos e sindicalistas renomados do Paraná e outras entidades que também estavam se debatendo com esta possibilidade, por exemplo: Sismmar, Sismuc, Sismmac, entre outra<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> SISMMAR- Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá; SISMUC- Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba; SISMMAC- Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba.

Em 05 de abril de 1989 a Associação dos Professores do Paraná transformou-se em “APP – Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná”, e no mesmo ano realiza seu primeiro congresso na cidade de Londrina.

Mesmo antes de tornar-se sindicato a APP sempre teve uma atuação progressista: de contestação, de reivindicação aos direitos dos professores, deflagrando greves inclusive em 1968 em pleno período de regime militar.

Nas últimas gestões (nas duas últimas especificamente) sua atuação foi bastante dinâmica: realizaram ocupações na Ponte da Amizade, abriram Pedágio, ocuparam a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Administração, realizaram greve de fome, entre outras atividades numa defesa intransigente pelos direitos dos trabalhadores em Educação. Por essa perspectiva, demonstra-se uma concepção avançada de organização sindical. Então, vejamos como as últimas diretorias pensam o sindicato e como têm desenvolvido a política de Educação Sindical.

Para a diretoria da APP, o sindicato é um instrumento que tem importância fundamental na luta pela transformação da sociedade. A Diretoria começa a conceituar sindicato a partir do significado da palavra:

*Sin de acato*

*Sin* vem do grego e quer dizer juntos. *Acato* vem do latim e quer dizer grito de guerra.

Grito de guerra com Acato também significa treinamento, treinar para alcançar êxito.

Para essa diretoria, por esse conceito, o sindicato deve exercer a função de:

“lutar pelos direitos dos trabalhadores e pelas conquistas sociais e políticas da categoria e do povo em geral. Ele deve organizar os trabalhadores, com o objetivo de conscientizar, formar e informar o trabalhador para entender a realidade que o cerca e lutar pela transformação da sociedade. Um Sindicato desatrelado dos padrões, do Estado e dos partidos políticos, que respeite as decisões da base” (Jornal 30 de Agosto, 1997, p.3).

Percebe-se aí, uma concepção avançada de uma organização sindical que defende princípios da democracia, da participação, da independência e compreende a sociedade como dividida em classes e que portanto, deve estar disposto a contribuir para a ruptura da sociedade de opressores e oprimidos.

Esta concepção se aproxima da concepção exposta por Gramsci, apesar de que o autor enfatiza a organização no local de trabalho, fato este que o sindicato ainda está iniciando suas experiências no desenvolvimento da organização no local de trabalho.

Por outro lado, assim como a APP defende que o sindicato realize a formação, Gramsci também defende que sobre a formação das massas “ as atividades formativas-culturais para o proletariado em geral, mas rejeita a idéia de formá-lo dentro de uma cultura abstrata, enciclopédica, burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e despreza sua ação” (Gramsci apud Nosella, 1992, p.p.14-15).

Depreende-se também, a importância que demonstram pela formação, conscientização para a categoria e comunidade em geral.

## CAPÍTULO VI

### A FORMAÇÃO PARA A APP SINDICATO

*“É melhor tentar e falhar,  
que preocupar-se e ver a  
vida passar. É melhor tentar,  
ainda em vão, que sentar-se  
fazendo nada até o final. Prefiro  
ser feliz, embora louco que em  
conformidade viver”.*

*Martin Luther King*

A formação não é desenvolvida única e exclusivamente pela entidade estadual. Os núcleos regionais têm autonomia para desenvolver um projeto de formação e nem sempre seguem a linha proposta pela diretoria estadual.

Das duas últimas gestões para cá a APP tem desenvolvido uma política de formação “pouco sistemática” (depoimento do dirigente Marcelo), que tem sido revista agora, na última gestão.

Nas gestões anteriores a diretoria estadual foi composta por um grupo que era constituído por pessoas que entendiam que o sindicato teria que estar “envolvido com toda a questão da classe trabalhadora” (depoimento do dirigente Marcelo), e portanto, deveria filiar-se a CUT –Central Única dos Trabalhadores. Nestas gestões, além de outras secretarias há uma específica: secretaria de formação sindical,

“que trabalha especificamente com a formação da consciência, com a questão ideológica. Mas é óbvio que embora existam diferentes secretarias no sindicato, sempre procuram fazer o trabalho de forma integrada, as secretarias trabalham em conjunto” (depoimento do dirigente Marcelo).



Segundo o dirigente Paulo Eduardo dois importantes processos causaram grande avanço na formação política sindical dos trabalhadores em educação: a filiação à Cut e a Unificação Sindical.

A entidade filiou-se à Cut em 1995 em uma assembléia bastante representativa com pouquíssimos votos contrários. Para conseguir. Para conseguir esse resultado, foi um processo intenso de discussões que:

“foi uma verdadeira peregrinação. Nós ampliamos os grupos nos núcleos que já eram favoráveis e iniciamos em debates, em assembléias. Nós visitávamos diretamente, nos núcleos onde a gente conseguia fazer reuniões maiores...” (depoimento do dirigente Paulo Eduardo).

Mas o grupo que perdeu a eleição em 1993, era contrário à filiação da Cut. Então, nos núcleos onde eram direção, não faziam a discussão e boicotavam o trabalho da Diretoria Estadual:

“ eu me de um caso específico: quando nós chegamos em Palmas tinha cinco pessoas . Aí o que nós fizemos? Nós percebemos que era tática deles pra nos ocuparem e não discutir o problema com os professores. Liberamos aquelas cinco pessoas e pegamos os intervalos nas grandes escolas. Efetivamente nós fomos atrás de professores. (...)nós visitávamos a sede de todos os núcleos com grandes reuniões convocadas pelos núcleos e ainda o trabalho era feito nas escolas. E foi um trabalho muito forte, praticamente de escola em escola onde havia maior resistência” (depoimento do dirigente Paulo Eduardo).

Outro ponto marcante em termos de formação foi no momento de unificação da APP com o SINTE – Sindicato de Trabalhadores em Educação, um processo que durou alguns anos e que se efetivou em 1997. Processo esse que também envolveu muitos seminários, debates, encontros, etc. Segundo o dirigente Paulo Eduardo foi muito mais importante do que a filiação à Cut, assim relata ele:

"eu acho muito mais importante, do ponto de vista da compreensão do funcionamento da sociedade, a unificação dos dois sindicatos do que a própria filiação à Cut. Porque, qual é a maior barreira para nós realmente transformarmos a sociedade? A questão da origem de todas as desigualdades que tá na origem da divisão técnica, divisão social do trabalho. Divisão técnica não constitui um problema da sociedade porque, divisão técnica vamos ter que conviver com ela sempre. Mas daí, da divisão técnica surgir a divisão social do trabalho, a hierarquização das diferentes funções do trabalho, esta é uma maneira praticamente insuperável dentro da sociedade. E aí como nosso sindicato, ele tem herança de associação: tem colônias de férias, tem casas de hospedagem, o que mais você ouvia do professor do professor era a seguinte colocação: meu Deus do céu, agora nós vamos nas férias da escola e temos que conversar com zeladora da escola. Então, essas questões foram também colocadas para os professores. E olha, obviamente que isso tudo dá um impacto muito grande. E isso eu acho que foi assim, o máximo do trabalho de formação efetivamente que acontece aqui dentro".(depoimento do dirigente Paulo Eduardo).

Apesar dessa afirmação referente ao grande êxito da formação sindical a avaliação que a Diretoria tem hoje é de que a formação que se fazia na época, não pode continuar sendo da mesma forma pois a política de formação:

"Não estava dando certo pra aquilo que nós entendíamos que era necessário para, ao mesmo tempo dar elementos de análise e de intervenção no movimento, enquanto enfrentamento às políticas governamentais, como também no sentido de qualificar a nossa intervenção do ponto de vista da organização da categoria e da intervenção na questão específica de educação nas escolas" (depoimento do dirigente Marcelo).

Surge hoje, essa necessidade no jeito de pensar e fazer a formação porque nas gestões anteriores havia a divisão da diretoria em tendências que havia a divisão da diretoria em tendências que pensavam a formação diferem do grupo que está à frente do sindicato hoje.

Na época a formação se dava via Escola Sul da Cut<sup>6</sup>, hoje a preferência é pela Escola Treze de Maio<sup>7</sup>, o mesmo dirigente Paulo Eduardo faz uma ressalva na política de formação desenvolvida nos últimos tempos pela Cut,

“...acho que uma das grandes críticas que se faz a gestão do Vicentinho ( que é da mesma tendência que estava à frente da Secretaria de Formação Sindical na APP, nas gestões anteriores) é que as questões mais específicas do multiculturalismo substituíram o eixo da luta de classe. Em que foram vistos os outros problemas, foram absolutizados por outros setores aqui dentro porque isso formava um grupo e grupos de apoio. Então, foram priorizadas as lutas, priorizadas não diria porque elas têm que ser prioritárias também, mas é o enfoque político da questão” (depoimento do dirigente Paulo Eduardo).

Em relação a base assim se colocam sobre as atividades formativas do Sindicato:

“...as assembléias são muito chatas. Tem gente que se exausta, xinga, briga e quase sempre as definições são as mesmas que o Conselho de Base já havia definido. As vezes me pergunto para que ir às assembléias...” (depoimento da professora Rosita Maria).

Outro depoimento coincide basicamente com este:

“As assembléias são prolongadas demais, tem muita gente que fala: de outros sindicatos, do MST e de outras instituições. Sempre são os mesmos que falam e utilizam um ar de arrogantes achando que sabem de tudo, mas não apresentam nada de novo acabam só apoiando ou criticando quem falou anteriormente, a platéia aplaude ou vaia...” (depoimento da professora Analice).

---

<sup>6</sup> Localizada em Santa Catarina, atende principalmente os Estados do Sul, desenvolve um programa de formação orientado pelo bloco majoritário da Cut.

<sup>7</sup> Escola de formação político-sindical com sede em São Paulo.

“...Pra mim deveria ser assim: Um programa de formação para os iniciantes para aprender falar nas assembléias, questionar nos seminários, nos atos de rua etc; e outro programa para os que já estão em outro estágio de formação...” (depoimento da professora Rosita Maria).

Parece haver uma ruptura na formação não só na forma como nos conteúdos. Nas escolas há sempre uma reclamação do professor (a) militante: de um lado conhece muito bem da questão política : por outro não se preocupa com o pedagógico:

“A consciência política tal como foi trabalhada pelas organizações sindicais se alimenta de um cotidiano gritante, dos baixos salários, das condições de trabalho, da insensibilidade dos governos e das administrações. Lenha mais do que suficiente para esquentar esse tipo de consciência política, mas deixou despolitizado em grande parte o outro lado do cotidiano, a prática, o ofício e o saber- fazer dos profissionais, sua identidade social específica, suas vidas” (Arroyo,2000, p208).

A formação sindical não tem sido eficaz na ação de relacionar a formação pedagógica com a política, há que se rever uma forma de unificar essas práticas, afinal sindicato de trabalhadores de educação tem que ter e dar uma visão totalitária da sociedade e da educação, questões essas que são naturalmente imbricadas.

## CAPÍTULO VII

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Nos nossos debates, companheiros,  
me parece às vezes havermos esquecido  
algo. Não é o inimigo. Não é a linha. Não  
é a meta. Não consta no breve curso.  
Se nunca tivéssemos sabido não haveria  
Luta. Não me perguntem o que é. Não sei  
Como se chama. Apenas sei que é o mais  
Importante aquilo que esquecemos”.*

*H.M.E*

As reflexões realizadas através das respostas dadas às entrevistas e as observações feitas aos documentos, me permitem pontuar algumas considerações resultantes da pesquisa na tentativa de poder contribuir para reformular a política de formação da entidade em questão.

A tese levantada a priori era de que o sindicato realiza uma formação que não ultrapassa os limites da corporação.

Durante o desenvolvimento do trabalho, momento em que analisei mais de perto essa tarefa, observei que os sindicalistas possuem uma concepção teórica bastante abrangente do que seja formação e de sua importância para superar o senso comum o status quo. Mas ainda assim, considero frágil o retorno da militância na compreensão do objetivo de descortinar uma visão totalitária entre educação e sociedade.

A APP-Sindicato investe na formação ao desenvolver um programa de formação num sentido mais aprofundado para a direção, o que considero avanço pois como afirma Lênin: “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” (Lênin apud Gomes ,1999, p. 53).

Ao mesmo tempo desenvolve uma política de formação para a base que é considerável do ponto de vista da direção, mas nem tanto do ponto de vista da base.

Conforme os depoimentos da base, há problemas do tipo: falta de profundidade e continuidade dos temas, consideram muita ênfase na questão política em detrimento do pedagógico, há dificuldades de relacionar a conjuntura com a política educacional desenvolvida pelo governo. Além de outras questões cruciais: não incorporaram a unificação sindical e questionam a filiação da entidade a Cut. Realizam forte resistência do envolvimento da entidade com outros movimentos, principalmente com o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra.

As últimas considerações demonstram que há uma distância muito grande entre a concepção da função sindical da base com a dos sindicalistas. Porém, estranhamente, admitem que os cursos de formação contribuem para ampliar a sua visão de mundo. Entretanto, muitas vezes não conseguem relacionar a conjuntura com a política educacional e conseqüentemente com a sua atuação pedagógica.

Outra observação que se faz é que não existe um levantamento dos interesses da base antes da realização dos cursos, portanto nem sempre atendem as necessidades da categoria.

Entretanto, da teoria à prática há uma distância, ou seja, realizar aquilo que se quer nem sempre é possível da maneira como se quer, pois o formar ou formar-se não constitui-se apenas por algumas pessoas. Há uma série de elementos: concepções, condições e outros entraves que dificultam a prática em si.

Um dos vários instrumentos de formação são as assembléias que levam as orientações dos Conselheiros Estaduais de Base (C.E.B.) , que deveriam participar mais proximamente da base através das reuniões do Conselho de Representantes (C.R.) de escola. Utilizo o verbo deveriam porque nem sempre isso acontece as reuniões de C.R. nem sempre são representativas e afora esse elemento os C.E.B. não buscam outras formas de dialogar com a base.

Nas assembleias há sempre um ritual de informes para atualizar a base dos acontecimentos e das decisões tomadas pelo C.E.B. e após abre-se para as intervenções. A palavra é aberta a todos o que poderia dizer-se democrático. Entretanto, os poucos que se inscrevem para fazer uso da fala quase sempre são os mesmos que são diretores ou conselheiros de base.

Esse modelo possibilita que apenas alguns se inscrevam e exponham suas opiniões. A inscrição, a chamada nominal para fazer intervenção, o uso do microfone na frente, próximo à mesa coordenadora, além de dominar a retórica e o discurso sindicais são elementos que inibem e limitam a participação da base. Haveria de Ter outras práticas propiciadas pelos dirigentes que estimulassem maior participação da base, afinal somos democráticos por princípios.

“Se considerarmos que esta sociedade educa para o silêncio e coíbe, de várias maneiras que as pessoas falem, é possível questionar a reprodução de práticas, pelo movimento, similares às práticas daqueles que são aversos a um modelo de relações onde, pelo menos, a maioria diga o que pensa e contribua nos encaminhamentos”(Sousa, 1996, p.129).

O discurso elaborado do interventor, o tom de voz, aplausos e assobios são instrumentos de poder que podem estimular ou retroceder a pré disposição da participação da base.

Nas manifestações de rua e congressos bianuais, os preparativos e planejamentos são restritos à discussão somente com os componentes da direção ou quando muito abrange um pequeno grupo muito seletivo que seja muito próximo à diretoria. Por vezes até as assessorias ficam de fora. À categoria cabe cumprir o papel de público para demonstrar ênfase no evento.

Enfim, o modelo de formação adotado pela APP com o objetivo de instrumentalizar político e pedagogicamente os trabalhadores da educação, suas dinâmicas em reuniões, assembleias e outros eventos expressam resquícios do modelo tradicional e o processo de avaliação é ainda precário por não ter conseguido ainda

alterar sua prática que poderia ser bem diferenciada de acordo com suas posições teóricas.

São questões lançadas tentando a reflexão sobre o papel do sindicato frente a formação para a sociedade desafiando – o a olhar para a unidade entre teoria (o que se acredita e diz) e prática (o que de fato acontece no dia-a-dia) .

Nesse sentido, é necessário sistematizar a teoria e a prática para que responda aos objetivos propostos: rever conceitos, relações, modo de organizar-se, valores incorporados; enfim, redescobrir os caminhos que decorrem dos novos propósitos . sistematizar segundo Gramsci é: é necessário sistematizar, crítica e coerentemente, as próprias intuições do mundo e da vida, fixando com exatidão o que se deve entender por sistema, a fim de evitar compreendê-lo em um sentido pedantesco e professoral. Mas esta elaboração deve ser feita, e somente pode ser feita, no quadro da história da filosofia, que mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse o nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda esta história passada, mesmo em seus erros e em suas loucuras, os quais, ademais, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e exigir novamente a sua correção”(Gramsci apud Sousa, 1996, p. 153).

Por fim, é preciso resgatar a disciplina, no sentido gramsciano, para educar a base, para ser “governante” , reveste-se da necessidade de transformar a cultura predominante em novo modo de pensar, de ser e de viver, visando a construção de uma sociedade democrática, igualitária e auto determinada, onde o processo de formação do indivíduo não anula sua personalidade e sua liberdade; ao contrário, prepara-o para um mundo coletivo, de respeito mútuo, onde cada um é distinto porque todos são livres.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- ANDERSON. P. Além do Neoliberalismo. In: E. Sader e P.Gentili. **Pós Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- 2- ARROYO, G. Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Editora: Vozes, 2000.
- 3- BOITO, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo, Editora: UNICAMP, 1991.
- 4- BOITO, Armando. **O Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo, Editora: Ciências Humanas, 1981.
- 5- BOITO, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Editora: Xamã, 1999.
- 6- FRIGOTTO, G. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: **Escola S. A . – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.
- 7- GENTILI, P. **Educação e Movimentos Sociais**. In: Educação em Revista, Ano III, nº3, Goiânia: Sintego, 1998.
- 8- GENTILI, P.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- 9- GIANNOTTI, Vito; LOPES, N. Sebastião. **CUT ontem e hoje – o que mudou das origens ao IV Concut**. São Paulo, Editora: Vozes, 1991.
- 10- GOMES, Oziel. **Lênin e a Revolução Russa**. Editora: Expressão Popular, 1999.
- 11- GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeu. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1981.

- 12- IANNI, O. A política mudou de lugar. In: Dowboe, Ladislau (org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- 13- JÚNIOR, A. B. **Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo Brasileiro**. In: Revista Crítica Marxista. vol.I , nº3, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- 14- MANFREDI, Silvia M.. **Educação Sindical: entre o conformismo e a crítica**. Editora Loyola, Coleção Educação Popular, 1986
- 15- MANGABEIRA, Wilma. **Os Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro, Editora: Anpocs, 1993.
- 16- NOSELLA, P. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 1992.
- 17- NUNES, Andrea do R. C. **A natureza do trabalho docente como mediação da relação orgânica entre sindicato e escola**. Curitiba, 1998. Dissertação de Mestrado.
- 18- SINGER, P. **Poder, Política e Educação**. Caxambu: 18ª Reunião da Anped, 1995.
- 19- SOUZA, Ana M. B.. **Da escola às ruas: o movimento de trabalhadores da educação**. Editora: Letras Contemporâneas, Coleção Teses, 1996.